



A Primeira

REGINA DA GLÓRIA PINTO DE MAGALHÃES QUINTANILHA DE SOUSA VASCONCELOS. Foi ela a primeira mulher advogada, a primeira procuradora judicial, a primeira notária e a primeira conservadora do registo predial. Em 1910 ingressa na Faculdade de Direito de Coimbra. A atitude, inédita, motiva uma reunião do Conselho Universitário. Havia necessidade de deliberar, imagine-se, sobre o ingresso de um aluno do sexo feminino! No dia 24 de Outubro, com 17 anos, Regina Quintanilha teve a Academia a seus pés, formada em alas e com as capas negras, no chão, a dar-lhe passagem.

A estreia como advogada é feita a 14 de Novembro de 1913, no Tribunal da Boa-Hora, depois do Supremo Tribunal de Justiça lhe ter dado autorização para advogar. Mas só em 1918 um decreto-lei viria a consagrar a abertura plena da advocacia às mulheres. Regina Quintanilha casa com Vicente de Vasconcelos, juiz no Supremo Tribunal de Justiça, e tem dois filhos. Ao longo da sua vida profissional, exerce a advocacia em Portugal, Brasil, Estados Unidos, sendo igualmente autora de diversos trabalhos de natureza jurídica. Morre em Lisboa a 19 de Março de 1967.

CONQUISTA

Defender no feminino

Estas são histórias de cinco advogadas, com mais de oitenta anos, que recusaram baixar os braços e continuaram a trabalhar

MARIA LOURDES SARAIVA MARQUES "QUERO TER A LIBERDADE DE PODER SER ÚTIL"



Quando terminou o liceu, nos inícios dos anos 40, Maria de Lourdes anunciou ao avô que iria frequentar o curso de Direito em Coimbra. "Não estás a falar a sério, pois não? Podes seguir Línguas, Música, mas Direito?", perguntou. E garantiu, logo de seguida, que a neta nunca se iria misturar com rapazes. Maria de Lourdes ainda argumentou que tal seria a vontade do pai, entretanto falecido, mas o avô manteve-se intransigente. Só a diplomática intervenção da avó viria permitir que a jovem, sempre interessada pelas questões sociais e justiça, seguisse o curso.

Cinquenta anos depois, Maria de Lourdes recorda um curso muito bom e exigente, onde as raparigas eram apenas sete entre mais de uma centena de alunos. Curso terminado, faz estágio de advocacia e tira um diploma de funções públicas que lhe permite aceder à carreira de conservadora. Opta depois por "valorizar a profissão de mãe" - teve cinco filhos -, e só nos finais dos anos 50 retoma a actividade, sempre acumulada com a inscrição na Ordem dos Advogados.

Durante os 13 anos em que trabalhou como conservadora teve sempre "muitas saudades da advocacia". No início dos anos 90 deixa a conservatória e vai trabalhar com um genro advogado no seu escritório de Coimbra. "Nunca houve choque de gerações, ainda hoje tenho lá os meus livros. Ainda agora o meu genro me pergunta quando é que eu apareço", diz a sorrir.

Hoje, aos 85 anos, mantém uma vivacidade e uma memória invejável. A inscrição na Ordem dos Advogados man-

tém-se, porque quer ter a liberdade de, em qualquer altura, poder vir a ser útil. "É um direito que me assiste e que vou continuar a exercer." Depois, lá em casa, com três netos em Direito e jantares familiares que chegam a juntar cerca de 30 pessoas, as conversas acabam sempre por recair sobre questões sociais e de justiça. "É uma espécie de repetição da minha vida em nova", afirma, com nostalgia.

MARIA LUCÍLIA MIRANDA SANTOS "O SENHOR JÁ VAI VER SE EU TENHO IDADE OU NÃO!"



Um dia, entre sessões de um julgamento, o réu dirigiu-se à advogada de defesa do autor da acção e disse: "A senhora já não tem idade para isto!" Maria Lucília Miranda Santos virou-se para ele e atirou: "O senhor já vai ver se eu tenho idade ou não!" E ganhou o caso.

Aos 85 anos, a advogada não pára. Olhar vivo, muito magra, as suas mãos estão sempre a gesticular enquanto vai repetindo. "Vou-lhe dizer uma coisa..." E conta casos que a marcaram, outros que ainda estuda, professores que a influenciaram, colegas com quem trabalhou. Fala muitas vezes dos filhos, das viagens que fez - algumas em trabalho -, dos museus que visitou. "Sou uma mulher de armas", confessa sem falsa modéstia. Todos os dias pega no carro para ir de Santa Cruz a Torres Vedras para fazer julgamentos. Sejam eles um caso de invasão de propriedade privada ou a defesa de uns polícias. Apesar de também fazer cível, é no crime que se sente realizada. "Sabe, sempre gostei muito de ler os livros do Perry Mason!" Às 8h30 já está no escritório, onde uma secretária



QUEIMA DAS FITAS EM COIMBRA



O 5.º ANO JURÍDICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1951



MARIA LOURDES
SARAIVA
MARQUES



BRANCA PENA
DO AMARAL



MARIA LUCÍLIA MIRANDA SANTOS



O 5.º ANO JURÍDICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1941/1948

A INSCRIÇÃO NA OA MANTÉM-SE PORQUE QUER TER A LIBERDADE DE PODER SER ÚTIL

passa a computador as peças. “Já lhe pedi para me ensinar a utilizá-lo.”

Para trás ficam mais de 50 anos de advocacia, iniciados em Lisboa. Lucília não se esquece que para fazer o estágio teve de ter a autorização do marido. “Eram tempos muito diferentes, mas fiz sempre advocacia e quis ir a tribunal. Sempre me bati de tal maneira!” Hoje os tempos são mais tranquilos, mas a advogada faz questão de lembrar os casos de aborto que defendeu, ou os muitos presos políticos por quem se bateu no tribunal plenário da Boa-Hora. “Era a única mulher como advogada, mas nunca tive problemas. Sempre me senti muito melhor com colegas homens”, explica, com um sorriso, e recordando as jantaras que fazia com eles nos tempos de curso em Coimbra. E como é que a família natural da pequena localidade de Varatojo, Torres Vedras, reagiu? “Eu é que

sabia de mim!”, responde prontamente. Criou um dos filhos com a ajuda dos pais, o outro encarregou-se ela própria, apesar de na altura fazer parte da candidatura do general Humberto Delgado.

Lucília Miranda Santos nem pensa em suspender a sua inscrição na Ordem dos Advogados. “Parar é morrer!” E quando o filho lhe lembra que às vezes a mãe não se faz pagar devidamente, a advogada atira. “As pessoas não têm dinheiro.”

CLARISSE BENTO MACHADO DISCURSOS EM CIMA DE UM MURO



Deveria ter uns nove, dez anos, mas já se gostava de empoleirar em cima de um muro para fazer discursos. Talvez por isso Clarisse Bento Machado diga hoje, sem qualquer hesitação, que sempre quis seguir o curso de Direito e ser advogada. Os pais nem reclamaram.

Já lá vão cerca de 70 anos quando Clarisse veio de Vila Nova de Baronia, em pleno Alentejo, para Lisboa para estudar no Colégio das Doroteias e entrar mais

tarde na Faculdade de Direito. Eram apenas seis ou sete mulheres, mas o curso muito exigente, os professores excelentes e os colegas disponíveis sempre a preencheram.

Feito o estágio com um advogado em plena Baixa de Lisboa, segue-se o concurso para a carreira de notariado. “Fui falar com o ministro da Justiça dizendo-lhe que queria ir para Mértola. É que eram várias candidatas”, recorda a advogada. E acabou mesmo por regressar ao Alentejo. “Fui notária, conservadora e, quando era preciso, juíza e delegada do Ministério Público. Fiz de tudo um pouco”, diz Clarisse.

Seguiu-se um período de grande esgotamento físico, que acabou por a levar a pedir a aposentação do notariado. Regressa a Lisboa e retoma a advocacia, agora em Sintra. Hoje, aos 86 anos, ainda mantém a inscrição activa na Ordem dos Advogados. “Faço contratos de arrendamento, limpezas de água, pastagens. Às vezes ainda dou conselhos. Sou muito activa”, explica a sorrir. Mas, garante logo de seguida, “não levo qualquer dinheiro”.



CÉDULA pessoal de advogada

BRANCA PENA DO AMARAL “O SHOW OFF FAZ AGORA PARTE DA PROFISSÃO”



“Na minha idade já não se aceitam causas, leva tudo muito tempo. Sou muito imediatista e quando ferro o dente num problema tenho de o resolver. Isto hoje já não se compadece com a demora nos tribunais.” Aos 80 anos, Branca Pena do Amaral pode já não aceitar causas mas mantém a inscrição activa na Ordem dos Advogados e tem uma enorme saudade da advocacia. “Sempre quis defender causas, era uma idealista!”

Tira o curso em Coimbra. Eram cerca de dez mulheres entre duas centenas de homens. Nada que a desmotivasse. “O curso sempre me deu uma formação global muito importante.” Segue-se um estágio “muito a sério” em Santarém e, como foi a primeira advogada mulher na cidade, até lhe chamavam a “senhora juíza”. Após alguns meses, e devido a um conjunto de circunstâncias familiares, acabou por abdicar da carreira de advocacia. Mas nunca parou. Trabalhou na Cadeia Penitenciária de Coimbra, no Centro de Estudos Sociais e Corporativos, na Assembleia da República, foi representante da Ordem na Comissão de Acesso aos Documentos da Administração. Mas, apesar da actividade intensa, é com alguma mágoa que reconhece que “gostava de ter sido advogada com escritório montado. Sinto que tinha muito jeito para advogar”, desabafa. Mas logo a seguir reconhece que o seu temperamento não se conciliava com a morosidade dos processos de hoje.

Conselhos aos que agora começam a carreira, Branca não tem dúvidas:

seguir o ideal sem preocupação com o dinheiro, conseguir justiça e resolver as questões em tempo útil sem recorrer a expedientes dilatórios. “Hoje, um advogado que não tenha o estatuto de riqueza não é bom advogado. O *show off* faz agora parte da profissão”, lamenta a advogada.

A inscrição na Ordem dos Advogados, essa, vai continuar. Assim como as conciliações e os conselhos aos amigos a que se tem dedicado. “Não queria morrer como funcionária pública, mas sim como advogada”, diz a sorrir.

COMO FOI A PRIMEIRA MULHER ADVOGADA, ATÉ LHE CHAMAVAM A “SENHORA JUÍZA”



ESTUDANTES de Direito em Coimbra

MARIA GUIOMAR ABREU E LIMA “CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO DA ADVOGACIA SÃO SUFOCANTES”



Maria Guiomar tem 82 anos e um privilégio muito especial: o de continuar a exercer a advocacia e o de poder partilhar ideias e causas de tempos diferentes com uma neta também ela advogada.

“Ainda gostava de encontrar a minha neta num julgamento, mas será difícil...” Longe vão os tempos em que Maria Guiomar começa os primeiros passos como advogada, primeiro em Tondela, depois em Melgaço. Hoje não tem dúvidas de que a competitividade é implacável e capaz de relegar para um segundo plano os princípios deontológicos da profissão.

Nunca hesitou no curso a seguir, nem nunca a família se opôs ao Direito. E entra na Universidade de Coimbra. “Um tempo de harmonia, leal camaradagem, saudável convívio e de perfeita integração na vida académica”, recorda Maria Guiomar. O ambiente foi sempre maioritariamente masculino, mas isso nunca a incomodou. Ainda hoje mantém amizades daquele tempo. Em Melgaço, exerce a profissão de notária, paralelamente à advocacia. “Não eram tempos fáceis, com dores de cabeça e angústias resultantes de ter que exercer a advocacia em todos os ramos do Direito numa altura em que não era habitual haver qualquer especialização”, explica. Mas Maria Guiomar nunca baixou os braços e conseguiu sempre conciliar a carreira com a vida familiar.

Mais tarde, pede a suspensão da inscrição na Ordem, por ter passado a exercer a profissão em cartórios de 1.ª classe, aí sim, incompatível com a advocacia. Hoje Maria Guiomar vive em Vila Nova de Famalicão e continua inscrita na Ordem. Aceita todo o tipo de casos, “embora mais seleccionados”, mas sente que as condições do exercício da advocacia são diferentes. Diz que são muito complicadas e até sufocantes, dada a concorrência, sempre crescente, de licenciados inscritos na Ordem. “O exercício da advocacia é para muitos uma actividade marginal, na falta de qualquer outra”, defende a advogada. De qualquer forma, afirma que hoje só pode incentivar as actuais e as futuras advogadas para que “prossigam na escolha que fizeram de colaborar na vivência da Justiça e na aplicação do Direito”. ■